

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.509 - MT
(2019/0141901-1)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : FABIO JUNIOR DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

FÁBIO JÚNIOR DA SILVA agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial que interpôs, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** na Apelação n. 33485/2018, que manteve a condenação do réu por homicídio privilegiado e ocultação de cadáver.

Nas **razões do especial**, a defesa apontou violação dos **arts. 59, 65, III, "d", e 68, todos do Código Penal**, ao argumento de que a redução pelo reconhecimento da confissão espontânea foi insuficiente. Aduziu: "O Tribunal *a quo* não fundamentou minimamente a fração de redução referente à atenuante da confissão espontânea" (fl. 398).

Requeru a readequação da pena, ao aplicar o redutor mínimo de 1/6 à referida atenuante.

O recurso foi **inadmitido** na origem por incidência das **Súmulas n. 211 do STJ e 282 e 256 do STF** (fls. 420-424).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 453-460).

Decido.

I. Pressupostos de conhecimento do AREsp

O **agravo** é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, motivos pelos quais **comporta conhecimento**.

II. Admissibilidade do REsp

O recurso especial é tempestivo, mas não preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, porquanto **o assunto em discussão não foi prequestionado**.

Com efeito, a defesa **não se insurgiu, em apelação**, contra ao *quantum* reduzido pela atenuante da confissão espontânea. Ao julgar os embargos de declaração, o Tribunal *a quo* ressaltou o seguinte (fl. 387, destaquei):

No caso dos autos, conquanto tenha o embargante sustentado que o acórdão foi omissivo, observo que **a decisão combatida enfrentou todos os pedidos recursais**, bem como promoveu análise pormenorizada do acervo probatório jungido aos autos.

Por oportuno, assevero novamente que a legislação processual vigente **não admite o uso de embargos aclaratórios com a finalidade de rediscutir questões já contempladas**, mormente quando tais reapreciações implicariam em reexame dos fundamentos do acórdão.

De fato, a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar a **impossibilidade de se inovarem as teses** em agravo regimental ou **em embargos declaratórios**, por constituir **indevida inovação recursal**.

Nesse sentido:

[...]

4. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, **a ampliação da *quaestio* no âmbito dos embargos de declaração representa descabida inovação recursal**.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 996.640/SC, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 9/6/2017, destaquei)

Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, para que se atenda ao requisito do prequestionamento, é necessário que a questão haja sido objeto de debate pelo Tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado, **o que não ocorreu na espécie**.

Incidem, portanto, os óbices das **Súmulas n. 211 do STJ** – "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*" – e **282 do STF**, que também é observada por esta Corte – "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

III. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator